

A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE: AS AÇÕES ADOTADAS PELAS USINAS FRENTE AOS IMPACTOS AMBIENTAIS DE SUAS ATIVIDADES – ESTUDO DE CASO NAS USINAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOGI-GUAÇU/SP

Isabel Cristina Rodrigues (1); Daniel Bertoli Gonçalves (1); Andréia Marize Rodrigues (2)

(1) DEP/UFSCar; (2) FIC-PR
isabelrodrigues2@yahoo.com.br

As normas que compõem a Legislação Ambiental dos diferentes países assemelham-se uma vez que buscam a preservação, conservação ou melhoria do chamado *bem comum*, eleito pela maioria dos membros da sociedade como algo de interesse público, que precisa ser mantido ou melhorado, para o bem dos presentes e para a apreciação das gerações futuras. No entanto, esse conceito preservacionista perde adeptos a medida em que o interesse coletivo passa a se chocar com os interesses particulares, como no caso da agricultura. A Legislação Ambiental brasileira, uma das mais completas do mundo, possui uma estrutura hierárquica, garantida pela Constituição, que permite que os municípios definam normas mais rígidas e específicas que os Estados, e estes podem legislar da mesma forma em relação a União. Assim, a atividade canavieira está sujeita, assim como as demais atividades produtivas, a diversas restrições que procuram minimizar seus impactos negativos ao meio ambiente e a sociedade. A esta atividade incorrem restrições que envolvem tanto o manejo agrícola para a produção e colheita da cana quanto o processamento industrial. Este setor está sujeito ainda às chamadas restrições ambientais de mercado que vem, a cada dia, ganhando mais importância. Apesar dos esforços para cumprir a legislação estabelecida e/ou para se destacar através de uma performance ambiental correta, as usinas, pelas próprias características intrínsecas de seu processo produtivo, geram resíduos cujo destino deve ter um acompanhamento cuidadoso. Neste trabalho, analisa-se a performance ambiental das unidades sucroalcooleiras presentes na Bacia Hidrográfica do rio Mogi Guaçu/SP, onde se encontra a maior concentração desta atividade no Estado. O trabalho permitiu verificar que a legislação é falha em alguns aspectos como os relativos à disposição do vinhoto e as queimadas. No entanto, o principal problema é o descumprimento da legislação existente no que diz respeito à obrigatoriedade da manutenção nas propriedades agrícolas de reservas legais e áreas de proteção permanente. Fica evidenciado na pesquisa que o que prevalece no setor, quando da tomada de decisão para preservação ambiental, ainda é a imposição do Estado e órgãos responsáveis e, neste sentido, evidencia-se ser de fundamental importância o fortalecimento dos órgãos de fiscalização ambiental e da sociedade civil organizada.